

entre uma «Nota Explicativa—quase a pedir desculpa», em que o autor se apresenta a si e à sua obra, e um «Epílogo pouco edificante», de que adiante falarei, sucedem-se oito capítulos—que por sua vez se subdividem em vários e curtos ensaios—que avançam (I) da informação geográfica e histórica sobre a L(USA)lândia, (II) pela expressão da agitação revolucionária local do pós-25 de Abril, (III) pela apresentação crítica de acontecimentos do quotidiano que reflectem a mentalidade l(USA)landesa, (IV) pela crítica à falta de apoio das instituições portuguesas à divulgação da nossa cultura, (IV) pela discriminação a que o emigrante português se vê votado pela mentalidade WASP, (VI) pelo reconhecimento de nomes que divulgaram a cultura portuguesa (bem como pela crítica acerba àqueles que não o fizeram da melhor maneira) ou que (VII) na cultura americana tiveram um papel significativo, vindo a terminar (VIII) com uma colagem de excertos de entrevistas concedidas pelo autor, que sucintamente resumem os vários pontos de vista elaborados no texto.

Quanto ao «Epílogo pouco edificante», trata-se de um texto—que, de resto, não é único na colectânea—em que ensaio e ficção se misturam e que, de forma mordaz, procura jogar com a possibilidade futuroológica que o passado histórico e literário português parece continuar a oferecer. A previsão, contudo, não é a esperada. Não se auguram mais momentos de glória, mais «armas e barões exagerados» (101), que, de novo, tornem o nosso destino único no mundo, mas—de forma sarcástica e com um pessimismo não muito frequente nestas páginas, que talvez reflectam a ambiguidade e a contradição latentes neste ser português em terra d'outrem—o que nos fica é a previsão da partilha de um destino apocalíptico que nos fará, se calhar de uma vez e por todas, parte desse mesmo mundo.

Será, sem dúvida, uma opinião discutível, mas disso também se encontra repleto este livro: da provocação salutar, necessária a qualquer voz que pretenda intervir construtivamente na sua cultura. Só assim será possível fugir da «mesmidade fatal» (62). Só assim se poderá escrever (e/ou viver) «o contrário absoluto do chato» (94). ■

Alfredo Marques, *Política Económica e Desenvolvimento em Portugal (1926-1959)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

Em 1980 Alfredo Marques defendeu na Universidade de Ciência Sociais de Grenoble uma tese de doutoramento, sob o título «La politique économique portugaise dans la période de la dictature—analyse de trois stratégies de l'Etat», que constituiu inegavelmente um dos mais importantes trabalhos realizado por um conjunto de economistas que no pós-25 de Abril procurou em França as condições que faltavam em Portugal para assegurar a continuidade de uma carreira académica.

Nesse trabalho analisava as três dimensões principais da política económica do Estado Novo no período compreendido entre 1926 e 1974. O livro que agora acaba de publicar retoma, com grandes reformulações, uma parte daquele estudo, a que corresponde à análise da fase de «isolamento e autarcia relativa da economia nacional», entre 1926 e 1959.

Se a interrogação sobre os motivos da escolha deste período e da sua autonomização relativamente ao outro período analisado (o da abertura ao exterior) for uma questão pertinente, creio que a resposta passa pela manifesta preocupação do autor para com a natureza não unilinear dos processos de desenvolvimento do capitalismo e, muito especialmente, para com o facto de, «em Portugal, as estruturas e os comportamentos económicos [apresentarem], com uma persistência não prevista na teoria, características híbridas, onde coexistem elementos modernos próximos do estado puro com elementos tradicionais pouco deformados e com combinações originais de ambos» (p. 11).

De facto, seja qual for o período estudado é difícil definir a economia portuguesa e os seus movimentos de crescimento, de acumulação ou de reprodução. Esta dificuldade resulta, nomeadamente, de não ser possível qualificá-los liminarmente.

Será fácil, por exemplo, refutar uma asserção que qualifique a situação económica das últimas décadas (e, mais amplamente, a própria sociedade) como apenas imóvel e depauperante ou estritamente dependente. Certas fases do processo de acumulação, certos ritmos de acréscimo da produtividade ou dos salá-

rios reais, certas estratégias de mobilidade profissional ou de reprodução não confirmariam a primeira ideia, enquanto o grau de penetração dos capitais estrangeiros ou mesmo a expressão relativa dos seus pólos de dependência ou de competitividade não permitiriam ampliar sem limites a segunda.

Mas, por outro lado, o baixíssimo nível dos salários de base, as fases de «estagnação», o nível tecnológico, as irregularidades verificadas em certas variáveis centrais do processo de acumulação, a tendência para entrar em «situações de perda» no âmbito da inserção internacional ou as condições limitativas que servem de suporte à expressão quantitativa assumida por certas variáveis económicas, inviabilizam que se ponha a economia portuguesa, por exemplo, a par daquelas que consolidaram um regime de acumulação intensivo.

A economia e a sociedade portuguesas tendem, por isso, a assumir uma natureza intermédia, irregular e, portanto, muito mais complexa do que as situações típicas das economias centrais ou das do terceiro mundo.

Ora neste trabalho Alfredo Marques propõe-nos um olhar rigoroso sobre duas fases da economia portuguesa que, apesar da sua condição sequencial e da sua inserção numa mesma matriz básica de política económica, melhor representam as particularidades da sociedade portuguesa e, com elas, a grande centralidade que o Estado tem assumido. Refiro-me à estratégia económica dos anos 30 e 40, que o autor classifica como de equilíbrio estacionário sob a aliança agrária-industrial, e à estratégia com que se ensaiou, durante os anos 50, um desenvolvimento de base endógena.

Durante o primeiro período, a incapacidade hegemónica dos interesses dominantes (os dos proprietários latifundistas e os dos capitalistas mais poderosos) catapultou o Estado para uma posição central e relativamente autónoma que procurou garantir a sua compatibilidade através de acções harmonizadoras relacionadas com a estabilidade da economia.

A sua acção baseia-se numa lógica de condicionamento industrial, de que decorre um protecccionismo que, ao contrário das propostas doutrinárias de List para a economia alemã do século XIX, não teve nada a ver com qualquer pedagogia de industrialização, não sendo, por isso, modela-

dor da edificação de um sistema produtivo, para o que se exigiria que fosse dinâmico e ofensivo, parcial e provisório. Apenas se centrava numa função primordial de criação de recursos financeiros para o Estado (pp. 41-42). Por isso, à entrada dos anos cinquenta, Portugal é uma economia onde, apesar da existência de uma base industrial, persiste uma acentuada sub-industrialização, onde a acção estatal substitui a concorrência e elimina a dinâmica do investimento (p. 64) e onde a referência ideológica da «harmonia do mundo rural» é tutelada por uma aliança estagnante entre a grande propriedade fundiária e o capital industrial empenhado no protecccionismo. Ainda assim (ou por isso mesmo) o Estado, sob a Lei de Reconstrução Económica de 1935, envolve-se em acções de «fomento».

O «descontentamento provocado junto de alguns grupos sociais ou profissionais pela política de estabilização-imobilização» (p. 109) levará a que, durante o segundo período, o papel de regulação autónoma do Estado se vá centrar na promoção do crescimento económico e na transformação das estruturas, através de uma dinâmica significativa de acumulação de capital. De facto, depois de, desde finais dos anos trinta, o Estado se ter fundamentalmente envolvido na criação de uma base industrial ligada a sectores que contribuissem para a redução da dependência externa e assegurassem a criação de infra-estruturas nos domínios dos transportes e da energia, os anos cinquenta vão fundamentalmente caracterizar-se por acções ligadas à electrificação, à indústria dos adubos, do petróleo, da celulose e do papel e à siderurgia.

A análise da política económica deste período constitui um dos contributos mais significativos para a apreciação da originalidade do desenvolvimento económico português e para a sua não redução a um efeito *necessário* das tendências unilineares do capitalismo. De facto, a estratégia de política económica seguida entre o pós-guerra e a adesão à EFTA, em 1959, procurou consolidar um «desenvolvimento de base endógena» que superasse a predominância da política de estabilização e levasse «à adopção de medidas de modernização estrutural». Embora os seus pilares legislativos fundamentais sejam três, Lei de Fomento e Reorganização Industrial (1945), I Plano de Fomento (1953-1958) e II Plano de Fomento (1959-1964), é este último que, pela primeira vez,

vai representar uma «óptica de crescimento e de desenvolvimento» (p. 119).

A análise deste período leva-nos, inevitavelmente, até à figura de Ferreira Dias, «subsecretário de Estado do Comércio e Indústria de 1941 a 1944, vice-presidente do Conselho Nacional da Indústria de 1954 a 1958 e Ministro da Economia de 1958 a 1962 [e que] publicaria, em 1945, *Linha de Rumo: notas de economia portuguesa*, uma obra incómoda para os guardiões e os beneficiários dos valores e das estruturas tradicionais, e na qual se detectam os principais traços inspiradores da política de industrialização» (pp. 111-112). Do seu programa consta um acentuado pendor «industrialista» com que, numa óptica de substituição de importações, procura um rápido progresso técnico.

É ainda, em grande parte, a concretização de uma perspectiva autárquica, onde se pressentem as influências das teorias do crescimento equilibrado, e em que o papel do Estado é também relevante pelo modo como intervém nos mecanismos de financiamento da economia. Para além de um projecto de reestruturação global da indústria que assume duas frentes (indústrias de base e indústrias transformadoras ligeiras), tornava-se então visível que, ligada ao desenvolvimento industrial, estava uma significativa transformação agrária.

Com a entrada na década de sessenta, tornar-se-ia notória a impossibilidade de prosseguir neste caminho. E as razões são complexas. Circunstâncias da política nacional, como a guerra colonial, com os seus efeitos orçamentais, e várias perturbações nos mercados financeiros, levam a que se torne crescente o recurso a capitais exteriores e que outra lógica de industrialização se instaure.

Este período não deixa de marcar, no entanto, um forte momento de discussão sobre as estratégias adoptadas. Creio que há um episódio particularmente significativo do tipo de opções que estava em questão. Refiro-me a algumas tentativas de desenvolvimento dum sector nacional produtor de material de transporte, de motores e de equipamentos seriados e a uma importante alteração de perspectiva e de oportunidades de desenvolvimento no sector electromecânico pesado (veja-se a este propósito um estudo recentemente publicado de Félix Ribeiro, Lino Fernandes e M.<sup>a</sup> Manuel Ramos, *Análise Social*, n.º 99, 1987). De facto, e em consequência dos efeitos originados pelos programas de

electrificação e de melhoria das estruturas ferroviárias e portuárias, a indústria nacional de equipamentos mecânicos e de material eléctrico dinamizou-se significativamente.

São dos finais dos anos cinquenta «várias tentativas de lançamento da produção de motores e veículos não destinados aos mercados públicos».

Tratava-se, nomeadamente, do fabrico de automóveis, da subcontratação de fabrico de peças e componentes, da maior incorporação de motores nacionais nas bicicletas motorizadas produzidas no país, do fabrico de motores e equipamentos para a construção naval.

Apesar do envolvimento de alguns sectores governamentais, estes projectos fracassaram ou foram concretizados de forma muito limitada. Entre as explicações apontadas pelos autores que referi anteriormente conta-se o problema financeiro do Estado e a maior expressão de interesses bancários, para quem a expansão da aquisição de bens de consumo a crédito passava mais pela associação aos grandes importadores do que pelo desenvolvimento de uma indústria nacional consistente.

Há duas lições importantes a tirar dos factos anteriormente referidos. Em primeiro lugar deve atender-se a uma circunstância que me parece bem caracterizadora do «caso português»: diz respeito às relações *produção/consumo*. Como é sabido, um dos dados marcantes do modelo económico dos países centrais no pós-guerra foi a gestão conjunta das normas de produção e das de consumo, dado que entre a intensificação do modelo produtivo e o consumo de massa, na base do alargamento generalizado do acesso a bens de consumo duradouro, há uma dependência estreita. Bem diferente foram, como é conhecido, as tendências que marcaram a gestão do consumo e da produção em Portugal. O resultado mais significativo terá consistido — devido à predominância dos interesses bancários — na redução das novas formas de consumo a alguns estratos urbanos, junto dos quais se podia expandir o crédito, e na relativa independência deste processo face à transformação dos «lugares» ocupados na produção.

Uma segunda consequência pode encontrar-se nas formas de evolução que a estrutura industrial nacional veio a conhecer a partir do início da década de sessenta. Convém recordar que as estratégias

estatais de electrificação e de equipamento infraestrutural da economia nacional tinham implicado a consolidação de um sector industrial produtor de bens de equipamento que, no culminar daquele processo, dispunha de capacidade de diversificação. Não será arriscado pressupor que tal facto constituía uma real possibilidade de a indústria nacional superar a dependência relativamente a certas indústrias tradicionais, assumindo o sistema produtivo nacional um grau superior de coerência. Os próprios projectos existentes — e não concretizados — deixam entender que esta dinâmica era plausível e que ela teria implicações positivas de vária ordem. Nomeadamente de ordem espacial, já que a estrutura industrial sobre a qual esses efeitos se poderiam repercutir apresentavam uma distribuição mais alargada do que os grandes projectos representativos do tipo de industrialização efectivamente concretizada durante a década de sessenta.

O trabalho de Alfredo Marques coloca-nos perante duas questões que são básicas para a própria análise da economia e da sociedade portuguesa nos dias de hoje. Uma tem a ver com a natureza parcial de muitos dos dinamismos que se puderam identificar, o que levou a que as estruturas económicas permanecessem bastante heterogéneas. A outra refere-se à feição assumida pelo Estado.

A questão da centralidade do Estado na sociedade portuguesa permanece, de facto, como uma questão dos nossos dias. Ela resulta, como este trabalho bem demonstra, de uma realidade de longa duração que define vários aspectos da matriz sócio-económica básica da economia portuguesa. E é uma questão reatualizada por factores particulares associados à evolução económica, política e social registada nos últimos quinze anos. De facto, como os trabalhos de Boaventura de Sousa Santos assinalam, nos processos sociais de pós-25 de Abril é relevante um papel central exercido pelo Estado na regulação social, o que pressupõe complexos processos de arbitragem social derivados da relativa descentração das relações entre o capital e o trabalho na estrutura social e do baixo nível de corporativização dos seus interesses.

Verificamos, assim, que se na actual investigação sócio-económica sobre a sociedade portuguesa é relevante o esclarecimento da sua condição intermédia

(semiperiférica) o trabalho de Alfredo Marques é uma contribuição essencial para avaliar como esta condição se consolidou durante mais de meio século através dos instrumentos de política económica.

As reflexões sobre o *desenvolvimento* colocam-nos, assim, simultaneamente, perante questões ligadas à «matriz estrutural» que caracteriza os processos económicos e perante questões de natureza institucional. Neste último ponto radica, aliás, a conclusão de que «a origem do bloqueio do desenvolvimento português se encontra na natureza das instituições que enquadravam a economia e a sociedade, pelo que a ultrapassagem dos obstáculos a esse desenvolvimento requeria reformas institucionais e medidas qualitativas estruturantes por parte do Estado» (p. 173).

Ora, durante o período analisado a regulação exercida foi, na sua lógica final, sobretudo asfíxiante das energias de mudança. Na ideia do autor, «a sociedade foi expurgada dos seus dinamismos espontâneos» o que, sendo verdade, não nos deve levar à ideia de que nisso consiste o paradigma alternativo da regulação administrativa, pois, como é sabido, o crescimento intensivo das economias centrais da Europa do pós-guerra dependeu exactamente de processos de regulação nos quais o Estado-Providência foi parceiro principal de um pacto social que envolveu a economia. ■

José Reis

---

*O Sistema de Emprego em Portugal*, Maria João Rodrigues, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1988

---

Adaptação de uma tese de doutoramento apresentada na Universidade de Paris I — Panthéon — Sorbonne, tese que viria a ser nomeada para o prémio dessa mesma Universidade e, depois, contemplada com o Prémio Gulbenkian de Ciência e Tecnologia em 1986, «O Sistema de Emprego em Portugal» constitui, sem dúvida alguma, uma das obras mais importantes no campo da economia do trabalho do último decénio.